

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

DOCUMENTO EMITIDO PELA INTERNET

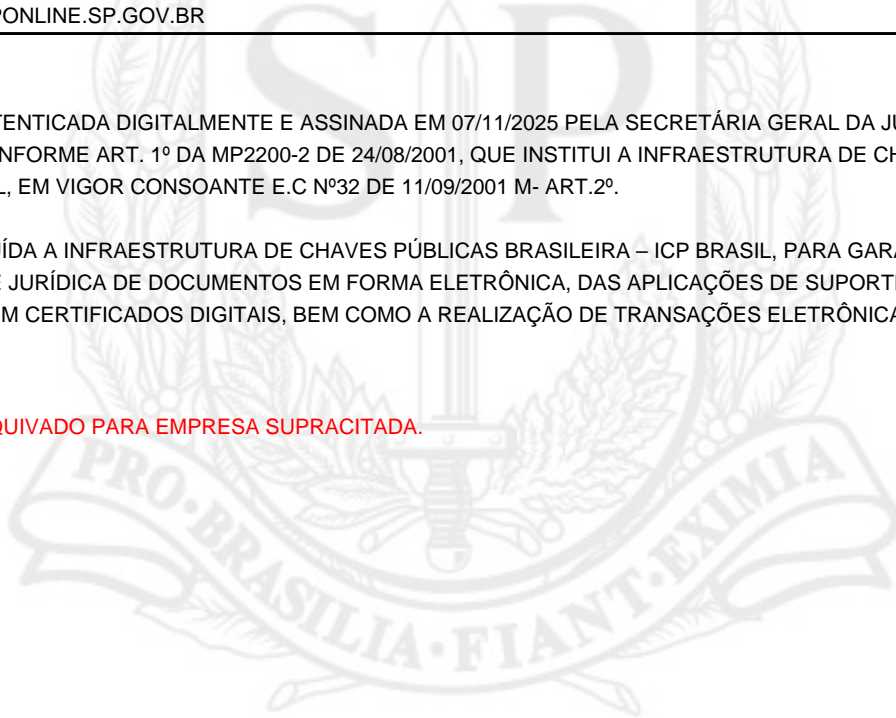
DADOS DA EMPRESA			
NOME EMPRESARIAL LEGACY TECNOLOGIA, TREINAMENTOS E IMPORTACAO LTDA			
TITULO DE ESTABELECIMENTO			TIPO JURÍDICO LIMITADA UNIPessoal (E.P.P.)
NIRE 35231136730	CNPJ 16.946.935/0001-03	NÚMERO DO ARQUIVAMENTO 1.363.293/25-4	DATA DO ARQUIVAMENTO 24/10/2025

DADOS DA CERTIDÃO		
DATA DE EXPEDIÇÃO 07/11/2025	HORA DE EXPEDIÇÃO 09:09:15	CÓDIGO DE CONTROLE 280154789
A AUTENTICIDADE DO PRESENTE DOCUMENTO, BEM COMO O ARQUIVO NA FORMA ELETRÔNICA PODEM SER VERIFICADOS NO ENDEREÇO WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR		

ESTA CÓPIA FOI AUTENTICADA DIGITALMENTE E ASSINADA EM 07/11/2025 PELA SECRETÁRIA GERAL DA JUCESP – MARINA CENTURION DARDANI, CONFORME ART. 1º DA MP2200-2 DE 24/08/2001, QUE INSTITUI A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRAS – ICP BRASIL, EM VIGOR CONSOANTE E.C Nº32 DE 11/09/2001 M- ART.2º.

ART 1º. FICA INSTITUÍDA A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA – ICP BRASIL, PARA GARANTIR AUTENTICIDADE, INTEGRIDADE E VALIDADE JURÍDICA DE DOCUMENTOS EM FORMA ELETRÔNICA, DAS APLICAÇÕES DE SUPORTE E DAS APLICAÇÕES HABILITADAS QUE UTILIZEM CERTIFICADOS DIGITAIS, BEM COMO A REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES ELETRÔNICAS SEGURAS.

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO PARA EMPRESA SUPRACITADA.



Requerimento Capa

SEQ. DOC
01
01

Protocolo Redesim

SPP2531434065



DADOS CADASTRAIS

ATO(S) Consolidação da Matriz, Alteração de Nome Empresarial, Alteração de Capital e QSA, Alteração de Atividades/Objeto		
NOME EMPRESARIAL LEGACY TECNOLOGIA, TREINAMENTOS E IMPORTACAO LTDA		PORTE EPP
LOGRADOURO 1A AVENIDA TRINDADE		NÚMERO 254
COMPLEMENTO 7 AND SL 714	BAIRRO/DISTRITO BETHAVILLE I	CEP 06404326
MUNICÍPIO BARUERI		UF SP
E-MAIL GIBAROSS@HOTMAIL.COM		TELEFONE
NÚMERO EXIGÊNCIA (S) SEM EXIGÊNCIA ANTERIOR	CNPJ - SEDE 16946935000103	NIRE - SEDE 35231136730
IDENTIFICAÇÃO DO SIGNATÁRIO/ASSINANTE DO REQUERIMENTO CAPA NOME: GILBERTO ROSSI - Responsável DATA ASSINATURA: ASSINATURA:		VALORES RECOLHIDOS DARE R\$ 211,01 DARF Isento

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)

CARIMBO PROTOCOLO	OBSERVAÇÕES:
-------------------	--------------

DOCUMENTOS NÃO RETIRADOS EM ATÉ 90 DIAS DA DISPONIBILIDADE SERÃO DESCARTADOS - ART. 57, §5º, DECRETO 1.800/96

22/10/2025

Página 1 de 1



**3ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO DA
SOCIEDADE LIMITADA**

**UTI DOS DADOS PERÍCIAS DIGITAIS E SOLUÇÕES DE DADOS
LTDA**

CNPJ: 16.946.935/0001-03

NIRE: 35231136730

Wellington Rodrigues da Silva, brasileiro, nascido em 29/09/1986, casado no regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 45321774 e do CPF nº 351.240.828-10, residente e domiciliado na Avenida Trindade, nº 254 – Conjunto 716 - Bethaville I – Barueri – SP – Cep: 06404-326;

Único sócio da sociedade empresária **UTI DOS DADOS PERÍCIAS DIGITAIS E SOLUÇÕES DE DADOS LTDA**, com sede na Avenida Trindade, nº 254, Sala 714 - Bethaville – Barueri – SP – Cep: 06404-326, inscrita no CNPJ sob o nº 16.946.935/0001-03 e registro na JUCESP sob o NIRE nº 3523113673-0, resolve alterar o Contrato Social mediante as seguintes cláusulas e condições a seguir:

Primeira – A sociedade empresária adotará a razão social **LEGACY TECNOLOGIA, TREINAMENTOS E IMPORTAÇÃO LTDA**.

Com essa alteração a **CLÁUSULA I – DA DENOMINAÇÃO SOCIAL** passa a ser:

CLÁUSULA I – DA DENOMINAÇÃO SOCIAL

A sociedade empresária limitada gira sob a denominação social de **LEGACY TECNOLOGIA, TREINAMENTOS E IMPORTAÇÃO LTDA**.

Parágrafo Primeiro: Usa como nome fantasia "LEGACY TECNOLOGIA"

10/12



Segunda – O capital social da sociedade empresária será aumentado e integralizado no montante de R\$ 750.000,00 (Setecentos e cinquenta mil reais).

Com essa alteração a CLÁUSULA V – DO CAPITAL SOCIAL passa a ser:

CLÁUSULA V – DO CAPITAL SOCIAL

O capital social é de 750.000 (setecentos e cinquenta mil) quotas sociais, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real), sendo R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais) totalmente integralizadas em moeda corrente nacional ficando distribuído para o sócio da seguinte forma:

SÓCIO	QUOTAS	VALOR	%
Wellington Rodrigues da Silva	750.000	750.000,00	100%

Terceira – Fica acrescido ao objeto social da empresa as atividades de:

- Treinamento e Capacitação Profissional e Gerencial;
- Treinamento e Capacitação em Técnicas de Perícia, Segurança da Informação e Recuperação de Dados.

Com essa alteração CLÁUSULA IV passa a constar como:

CLÁUSULA IV - A sociedade tem por objetivo:

- Importação, Comércio Atacadista e Varejista de Equipamentos e Suprimentos de Informática;
- Prestação de Serviços de Reparação e Manutenção de Computadores e Equipamentos Periféricos;
- Suporte Técnico e Manutenção e Outros Serviços em Tecnologia da Informação;
- Treinamento e Capacitação Profissional e Gerencial;
- Treinamento e Capacitação em Técnicas de Perícia, Segurança da Informação e Recuperação de Dados.

Quarta - Para melhor entendimento e aplicabilidade, consolida-se o contrato social, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

10/11/2025



CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

LEGACY TECNOLOGIA, TREINAMENTOS E IMPORTAÇÃO LTDA

CNPJ: 16.946.935/0001-03

NIRE: 35231136730

Wellington Rodrigues da Silva, brasileiro, nascido em 29/09/1986, casado no regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 45321774 e do CPF nº 351.240.828-10, residente e domiciliado na Avenida Trindade, nº 254 – Conjunto 716 – Bethaville I – Barueri – SP – Cep: 06404-326.

CAPITULO I – DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO E PRAZO DE DURAÇÃO

CLÁUSULA I – DA DENOMINAÇÃO SOCIAL

A sociedade empresária limitada gira sob a denominação social de **LEGACY TECNOLOGIA, TREINAMENTOS E IMPORTAÇÃO LTDA**.

Parágrafo Primeiro: Usa como nome fantasia "LEGACY TECNOLOGIA"

CLÁUSULA II- DA SEDE DA SOCIEDADE

A sociedade tem sua sede na Avenida Trindade n.º 254, Sala 714, bairro Bethaville, município de Barueri, Estado de São Paulo - CEP: 06404-326.

Parágrafo Primeiro: A Sociedade poderá, por resolução dos sócios representando a totalidade do capital social, abrir, transferir e/ou encerrar filiais de qualquer espécie, em qualquer parte do território nacional ou no exterior, fixando, para os fins legais, o capital de cada uma delas, a ser destacado do capital social.

CLÁUSULA III - PRAZO DE DURAÇÃO

A sociedade tem prazo de duração indeterminado.

CAPÍTULO II - DO OBJETIVO DA SOCIEDADE

CLÁUSULA IV - A sociedade tem por objetivo:

10/12



Certifico o registro sob o nº 1.363.293/25-4 em 24/10/2025 da empresa LEGACY TECNOLOGIA, TREINAMENTOS E IMPORTAÇÃO LTDA, NIRE nº 35231136730, protocolado sob o nº SPP2531434065. Autenticação: validar a autenticidade do registro em <http://www.jucesp.sp.gov.br/> com o número do mesmo. MARINA CENTURION DARDANI - Secretário Geral. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/11/2025 por MARINA CENTURION DARDANI – Secretário Geral. Autenticação: 280154789. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

- > Importação, Comércio Atacadista e Varejista de Equipamentos e Suprimentos de Informática;
- > Prestação de Serviços de Reparação e Manutenção de Computadores e Equipamentos Periféricos;
- > Suporte Técnico e Manutenção e Outros Serviços em Tecnologia da Informação;
- > Treinamento e Capacitação Profissional e Gerencial;
- > Treinamento e Capacitação em Técnicas de Perícia, Segurança da Informação e Recuperação de Dados.

CAPÍTULO III - CAPITAL SOCIAL

CLÁUSULA V - DO CAPITAL SOCIAL

O capital social é de 750.000 (setecentos e cinquenta mil) quotas sociais, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real), sendo R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais) totalmente integralizadas em moeda corrente nacional ficando distribuído para o sócio da seguinte forma:

SÓCIO	QUOTAS	VALOR	%
Wellington Rodrigues da Silva	750.000	750.000,00	100%

CLÁUSULA VI - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, respondendo todos os sócios solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA VII - As quotas são indivisíveis em relação à sociedade e cada uma delas dará direito a um voto nas deliberações dos sócios.

CAPÍTULO IV- ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA VIII - DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

A administração da sociedade será exercida pelo sócio unipessoal **Wellington Rodrigues da Silva**, que terá os poderes necessários à direção dos negócios sociais, inclusive, de representar a sociedade judicialmente, de constituir procuradores em nome da sociedade e de praticar todos e quaisquer atos necessários à consecução dos objetivos ou a defesa dos interesses e direitos da sociedade.

10m 12



Parágrafo 1º Para efeito de assinatura em cheques, movimentação de contas bancárias, será válida com assinatura do sócio administrador indicado no "caput" desta cláusula, sempre de forma *isoladamente*.

Parágrafo 2º Os atos que impliquem em empréstimo, venda, penhora, hipoteca, aval, fiança, alienação fiduciária ou qualquer outra forma de comprometimento de bens imóveis; e na outorga de procurações que possam comprometer os bens da sociedade, será praticado *isoladamente* pelo sócio administrador.

CLÁUSULA IX - DA RESPONSABILIDADE DE PRÓ-LABORE

O único sócio terá direito a uma retirada mensal, a título de pró-labore, a ser fixada pelo sócio administrador, dentro dos limites estabelecidos pela lei, a ser levada a débito da conta de Despesas Gerais

CAPÍTULO V - DO EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CLÁUSULA X - DO EXERCÍCIO SOCIAL - LUCROS E PERDAS

O exercício social coincidirá com o ano civil. Em 31 de Dezembro de cada ano, levantar-se-á o Balanço Patrimonial e demais demonstrações financeiras, de acordo com as normas contábeis e o disposto na legislação do Imposto de Renda, ficando, no entanto, a sociedade dispensada da publicação do Balanço Patrimonial por haver menos de 10(dez) sócios. Ao término de cada período, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à apresentação do Inventário, do Balanço Patrimonial e do Balanço de Resultado Econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

Parágrafo 1.º A Sociedade poderá levantar Balanços Patrimoniais intermediários, mensalmente com o objetivo de apurar o resultado financeiro e proceder a distribuição de eventuais lucros apurados, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou prejuízos apurados.

Parágrafo 2.º Os sócios serão obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, exceto as decorrentes de pró-labore, quando tais lucros ou quantia se distribuírem com prejuízo do capital.

CAPÍTULO VI- CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS E CONTINUIDADE

CLÁUSULA XI – DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS.

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas, alienadas ou transferidas a terceiros, total ou parcialmente, senão com a expressa e prévia anuência do

10/12



outro sócio que, em igualdade de preço e condições se postas à venda, terá o direito de preferência para a aquisição das mesmas, formalizando, se realizadas a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Parágrafo 1.º O sócio que desejar se retirar da sociedade, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias deverá comunicar, mediante carta registrada, sua intenção ao outro sócio, oferecendo a este a preferência para aquisição de suas quotas, em até 60 parcelas, iguais e consecutivas, com ou sem atualização, ou, na impossibilidade, por balanço especial levantado no dia da comunicação. Não havendo interesse de aquisição das quotas pelo outro quotista, o sócio retirante poderá alienar suas quotas a terceiros, desde que o terceiro adquirente não seja rejeitado pelo quotista remanescente.

Parágrafo 2.º Na hipótese de rejeição do terceiro adquirente por parte do quotista remanescente, a sociedade poderá adquirir as quotas do sócio retirante, desde que existam recursos disponíveis para essa operação, ou procederá à necessária alteração contratual para a retirada do sócio, pagando os haveres do quotista retirante com base em Balanço apurado na data de sua saída, conforme as disponibilidades financeiras do momento, devendo para efeito de validação do ato, promover a respectiva alteração contratual.

CLÁUSULA XII – DA CONTINUIDADE DA SOCIEDADE

A retirada, insolvência, morte, incapacidade ou interdição de qualquer sócio não dissolverá a sociedade, que continuará com seu sócio remanescente, salvo se sobrevier deliberação de dissolução adotada por vontade expressa dos sócios remanescentes.

Parágrafo 1.º Qualquer sócio pode retirar-se da sociedade, se de prazo indeterminado, mediante notificação aos demais sócios, com antecedência mínima de 60 (sessenta dias) ou mediante prazo determinado provando judicialmente justa causa. Nos trinta dias subseqüentes à notificação, podem os sócios optar pela dissolução da sociedade. Não havendo interesse do ofertado e nem sendo admitido terceiro na empresa, a sociedade poderá adquirir as quotas ou ser dissolvida, com a partilha do capital e do patrimônio social.

Parágrafo 2.º No caso de morte, a sociedade prosseguirá, com o sócio remanescente e com o espólio do falecido, sendo facultado aos seus sucessores ingressar no quadro social com as quotas que receberem. Não interessando aos sucessores ingressar na sociedade, seus haveres serão apurados com base em balanço especial levantado no dia da morte, e, com ingresso de novo sócio, serão pagos de acordo a disponibilidade financeira da sociedade na oportunidade.

Tour



Parágrafo 3.º No caso de incapacidade, a sociedade prosseguirá com o interdito, desde que regularmente representado e afastado das atividades gerenciais.

Parágrafo 4.º No caso de insolvência civil dos sócios, o insolvente será afastado da sociedade e, com o ingresso de novo sócio nas condições estabelecidas no item X, seus haveres serão pagos ao responsável pela massa concursal.

Parágrafo 5.º Caso algum dos sócios venha a se separar judicialmente, de forma consensual ou litigiosa, o cônjuge do sócio que se separou não poderá exigir desde logo a parte que lhe couber na quota social, nos termos do artigo 1.027, do Código Civil. O cônjuge que anteriormente mantinha sociedade conjugal com o sócio não terá direito de integrar sociedade como resultado da partilha, que não poderá ter como objeto as quotas detidas pelo sócio na sociedade. O direito do cônjuge do sócio será apenas o de percepção dos lucros que ao sócio separado tocariam e que seriam distribuídos a cada ano, limitado este direito, todavia à data da separação.

Parágrafo 6.º Se a sociedade entrar em liquidação, o direito do cônjuge separado somente será o de participação nos bens sociais que remanesceram e forem distribuídos ou os dividendos na liquidação.

Parágrafo 7.º A retirada, exclusão ou morte de um sócio, não o exime, ou a seus herdeiros da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos após o registro da respectiva alteração contratual.

CAPÍTULO VII - LIQUIDAÇÃO

CLÁUSULA XIII - DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE

A sociedade se dissolverá mediante a deliberação dos sócios.

Parágrafo 1º A sociedade também poderá ser dissolvida judicialmente, a requerimento qualquer dos sócios, se for anulada pela constituição ou se verificada a inexecutabilidade de seu objetivo social.

Parágrafo 2º O administrador deverá providenciar imediatamente, a investidura de liquidante e restringir a gestão própria aos negócios inadiáveis, vedadas novas operações, pelas quais responderão solidária e ilimitadamente.

Parágrafo 3º Ao ser dissolvida, de pleno direito é facultado a qualquer sócio requerer a liquidação judicial.

1012



Parágrafo 4º Caso a sociedade seja extinta, na forma da lei, sendo desautorizada a funcionar, o administrador deverá requerer a liquidação judicial no prazo máximo de trinta dias após a desautorização de funcionamento.

Parágrafo 5º O liquidante terá principalmente os deveres estabelecidos no artigo 1103 da Lei 10.406 de 10 de Janeiro de 2002 e será indicada pelos sócios que representem setenta e cinco por cento do capital social, podendo ser pessoa estranha à sociedade. Assim mesmo, o liquidante poderá ser destituído ocorrendo justa causa requerida por qualquer sócio.

CAPÍTULO VIII - DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA XIV - DO DESIMPEDIMENTO DOS SÓCIOS

Para os efeitos do disposto no parágrafo 1.º do artigo 1011 da Lei n.º 10.406 de 10 de Janeiro de 2002, os sócios e o administrador declaram que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência contra relações de consumo, fé pública ou a propriedade. No caso de comprovação de declaração falsa, será nulo de pleno direito, perante o registro civil, o ato a que se integra esta declaração, sem o prejuízo das sanções penais a que estiver sujeito.

CLÁUSULA XV - DAS DIVERGÊNCIAS NA SOCIEDADE

As questões suscitadas na vigência da sociedade e sobre as quais não haja acordo entre os sócios, serão resolvidas por meio de Juízo Arbitral, constituído de acordo com a lei civil e cujas decisões todos os sócios declaram submeter-se.

CLÁUSULA XVI - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca da sede da Sociedade para dirimir quaisquer dúvidas quanto à interpretação do presente instrumento.

E por estarem desta maneira perfeitamente convencidos, assinam o presente instrumento.

Barueri, 24 de setembro de 2025.

Wellington Rodrigues da Silva

Wellington Rodrigues da Silva



DECLARAÇÃO

Eu, WELLINGTON RODRIGUES DA SILVA, portador do Documento de Identificação nº 453217746, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob nº 35124082810, na qualidade de titular, sócio ou responsável legal da empresa LEGACY TECNOLOGIA, TREINAMENTOS E IMPORTACAO LTDA, **DECLARO** estar ciente que o **ESTABELECIMENTO** situado no(a) 1A AVENIDA TRINDADE, 254 7 AND SL 714 - Bairro: BETHAVILLE I, Barueri - SP CEP 06404326, **NÃO PODERÁ EXERCER** suas atividades sem que obtenha o parecer municipal sobre a viabilidade de sua instalação e funcionamento no local indicado, conforme diretrizes estabelecidas na legislação de uso e ocupação do solo, posturas municipais e restrições das áreas de proteção ambiental, nos termos do art. 24, §2 do Decreto Estadual nº 55.660/2010 e sem que tenha um **CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO INTEGRADO VÁLIDO**, obtido pelo sistema Via Rápida Empresa - Módulo de Licenciamento Estadual.

Declaro ainda estar ciente que qualquer alteração no endereço do estabelecimento, em sua atividade ou grupo de atividades, ou em qualquer outra das condições determinantes à expedição do Certificado de Licenciamento Integrado, implica na perda de sua validade, assumindo, desde o momento da alteração, a obrigação de renová-lo.

Por fim, declaro estar ciente que a emissão do Certificado de Licenciamento Integrado poderá ser solicitada por representante legal devidamente habilitado, presencialmente e no ato da retirada das certidões relativas ao registro empresarial na Prefeitura, ou pelo titular, sócio, ou contabilista vinculado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) diretamente no site da Jucesp, através do módulo de licenciamento, mediante uso da respectiva certificação digital.

Wellington Rodrigues da Silva

WELLINGTON RODRIGUES DA SILVA (Sócio-Administrador)

453217746



DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu **GILBERTO ROSSI** com inscrição ativa na(o) Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo sob o nº **1SP341770**, expedida em **14/07/2022**, inscrito no CPF nº 17716689894, DECLARO, sob as penas da Lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

Documentos apresentados:

Arquivo de Outros (Docs. privados)

Arquivo de Alteração

São Paulo, 22/10/2025.

GILBERTO ROSSI



TERMO DE ANÁLISE E DECISÃO.

Defiro a (s) solicitação (ões), sob o (s) protocolo (s) **SPP2531434065** de Alteração de Nome Empresarial, Alteração de Capital e QSA, Alteração de Atividades/Objeto e Consolidação da Matriz da empresa **LEGACY TECNOLOGIA, TREINAMENTOS E IMPORTACAO LTDA.**

Assina o presente termo de decisão, mediante certificado digital, o Julgador **Sandy Soares Pompilio**.

Junta Comercial do Estado de São Paulo, 24/10/2025.

Sandy Soares Pompilio, CPF: 31261044878

Este documento foi assinado digitalmente por Sandy Soares Pompilio e é parte integrante sob o protocolo Nº SPP2531434065.



TERMO DE AUTENTICAÇÃO E REGISTRO

Autentico que o ato, assinado digitalmente, pertencente a empresa **LEGACY TECNOLOGIA, TREINAMENTOS E IMPORTACAO LTDA** de **NIRE 35231136730**, protocolizado sob o número **SPP2531434065** em **24/10/2025**, encontra-se registrado na JUCESP sob o número **1363293254**.

Assina o registro a Secretário(a)-Geral **Marina Centurion Dardani**.

A autenticidade do presente documento, bem como o arquivo na forma eletrônica, poderão ser verificados no sítio eletrônico: www.jucesp.sp.gov.br, mediante a indicação do número de autenticidade disponível na capa da certidão de inteiro teor.

Junta Comercial do Estado de São Paulo, 24/10/2025.

Marina Centurion Dardani, CPF: 22059603854

R. Guaicurus, 1394 | CEP 05033-060 | Lapa, São Paulo – SP
Fone: (11) 3468-3080



Certifico o registro sob o nº 1.363.293/25-4 em 24/10/2025 da empresa LEGACY TECNOLOGIA, TREINAMENTOS E IMPORTACAO LTDA, NIRE nº 35231136730, protocolado sob o nº SPP2531434065. Autenticação: validar a autenticidade do registro em <http://www.jucesp.sp.gov.br/> com o número do mesmo. MARINA CENTURION DARDANI - Secretário Geral. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/11/2025 por MARINA CENTURION DARDANI – Secretário Geral. Autenticação: 280154789. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

PROTOCOLO DE ASSINATURAS

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma VRE Digital.

Os nomes indicados para assinatura, bem como seus status em 22/10/2025 são:

Nome Completo	CPF	Data e hora	Certificado
---------------	-----	-------------	-------------

2. DOCUMENTOS PESSOAIS.pdf

GILBERTO ROSSI	17716689894	22/10/25 16:33	Autoridade Certificadora SERPRORFBv5 / PDF-1.7
----------------	-------------	----------------	---

Arquivo de Declaração de Autenticidade.pdf

GILBERTO ROSSI	17716689894	22/10/25 16:33	Autoridade Certificadora SERPRORFBv5 / PDF-1.4
----------------	-------------	----------------	---

1. DOCUMENTOS DE ALTERAÇÃO.pdf

GILBERTO ROSSI	17716689894	22/10/25 16:33	Autoridade Certificadora SERPRORFBv5 / PDF-1.7
----------------	-------------	----------------	---

Este documento é referência das assinaturas eletrônicas realizada nas documentações do protocolo Nº SPP2531434065